

A REVISTA.

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

SUBSCREVE-SE A 28500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYPOGRAPHIA.

MARANHAO TYPOGRAPHIA IMPARCIAL MARANHENSE, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N.º 4. EM 1843.

RIO DE JANEIRO.

CAMARA DOS SRRS. SENADORES.

Parecer das commissões de constituição e legislação acerca do processo em que estão pronunciados os senadores, Feijó e outros.

"As commissões reunidas de constituição e de legislação, ás quaes foram presentes os processos em que se achão pronunciados os Srs. Diego Antonio Feijó, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, José Martiniano de Alencar e José Bento Leite Ferreira de Mello; os dois primeiros pelo crime de rebellião, e os dois segundos pelo de conspiração, vem submeter ao senado o resultado do seu primeiro accordo. Escrepulosas as commissões sobre a maneira de proceder em materia tão grave, não se animarão a anticipar seu parecer sobre o processo relativo aos dois ultimos senadores, pela ligação ou relação que poderia haver entre este e os que se aguardavam da provincia de S. Paulo, quanto aos dois primeiros. Não menos porém possuidas ainda da gravidade da sua situação em quanto revestidas talvez de um caracter judicial, julgáráo do seu primeiro dever firmar a marcha e a direcção deste importante assumpto, quer para o desempenho do seu dever actual, quer para o seguimento posterior que possa resultar de qualquer deliberação do senado. Na falta pois de regras praticas que regulem esse andamento, forçoso foi ás commissões recorrer aos principios geraes da legislação, e consultar quosquer precedentes analogos que as podessem guiar.

"As commissões entendem que um dos meios indispensaveis para esclarecimento e apreciação desse objecto é a publicação de todas as suas circumstancias, isto é, os factos e as razões qualificativas d'ellas; e o reconhecem assim tanto mais quanto a gravidade dos crimes imputados e alta gerarchia dos accusados, interessão sobremaneira a todos. Isto posto, não só para que o senado, ficando ao alcance de bem pesar toda a materia, se guie immediatamente pelas suas proprias convicções, como para que os Srs. senadores ora accusados tenham lugar a concorrer para a manifestação da verdade procurada, assentão as commissões reunidas que, antes de tudo, se lhes franqueem os respectivos processos e sejam elles ouvidos por escripto; pois que, de suas contestações, poderá melhor resultar a luz e formar o senado um juizo tanto mais seguro, quanto forem appropriadas e concludentes as razões que elles queiráo subministrar ao seu criterio.

"Este acto preliminar que as commissões se lembrão de propor, é não só analogo a outras disposições da nossa legislação, mas também fundado em um precedente da casa que as commissões examinarão. Ponderão porém as commissões desde já que nenhuma outra regra havendo estatuida ulteriormente, é necessario que o senado lhes assignale alguma medida auxiliar, afim de que ellas possam proseguir no desempenho de suas funções, que nunca ellas quizerão menos arbitrarías do que neste afflictivo encargo.

"Por todo o expendido, são as commissões reunidas de parecer:

"1. Que se dê aos accusados vista dos seus respectivos processos para allegarem dos seus direitos o que entenderem.

"2. Que, com as respostas ou razões offerecidas, se imprimão os processos, que ainda não correm publicados.

"3. Que na execução dessas medidas se observe a deliberação tomada pelo senado em julho de 1829.

"4. Enfim, que no conhecimento destes e de quosquer outros processos de crimes individuaes, de que conhece o senado, se siga a lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de estado naquillo que for applicavel.

"Pago do senado, 3 de fevereiro de 1843.—Francisco de Paula Almeida Albuquerque.—Vasconcellos.—Lopes Gama.—Visconde de S. Leopoldo.—Visconde de Olinda."

Parecer das mesmas commissões sobre o processo em que está envolvido o senador Ferreira de Mello.

"As commissões reunidas de constituição e de legislação examinarão o processo remetido ex-officio do juiz municipal e delegado da policia da villa de Pouzo Alegre, comarca de Sapucahy da provincia de Minas Geraes, no qual se trata de factos a respeito dos quaes se acha envolvido o nome do nobre senador o Sr. José Bento Leite Ferreira de Mello, e vem a ser:

"Um processo sobre abuso da liberdade da imprensa foi intentado, e por elle pronunciado o editor ou impressor do periodico mencionado o *Universal*, publicado naquella provincia; e como depois apresentasse aquelle impressor o *anthographo* assignado por um Agostinho Vellozo da Silva, passou a recahir sobre este a pronuncia de responsabilidade. No entanto falleceu o responsavel, e então intentou o queixoso a acção crime de firma falsa contra o conego João Dias de Quadros Aranha e o nobre senador

acima mencionado, que havião reconhecido a firma do supradito fallecido, resultando dahi ser pronunciado o mencionado conego, e remetter-se o processo a esta augusta camara, por simples despacho do juiz, e sem pronuncia alguma contra o nobre senador.

"A vista do exposto, as commissões não hesitão em rejeitar semelhante accusação; mas, observando que este caso pôde dar aberta a iguaes outras semelhantes irregularidades, não podem ellas dispensar-se de submeter ao senado algumas considerações. Primeiramente notão as commissões a falta de pronuncia do juiz, pronuncia que no seu entender é indispensavel para desacorçoar a malignidade, obrigando o juiz a responder por um juizo criminoso ou injurioso ao accusado.

"Esse voto expresso ou pronuncia é tanto mais indispensavel, quanto se conforma com o que dispõe o art. 28 da constituição.

"Notão mais as commissões a forma da remessa do processo de que se trata, remessa aliás feita, não só directamente pelo escripto, mas ainda sem officio ou communicação alguma do juiz. A este respeito ponderão as commissões o quanto pôde ser inconveniente a correspondencia immediata do senado com os funcionarios de qualquer classe, quer seja activa, quer passivamente, além de que, pelo contexto do art. 28 da constituição já acima apontado, cumpre ao juiz dar conta á camara, e não mandar puramente remetter taes processos; concluem, portanto, as commissões, e são de parecer:

"1. Que o processo em questão seja desatendido.

"2. Que nenhum processo relativo a qualquer senador seja recebido pelo senado, senão pelo intermedio do ministro da justiça, como pronuncia, e conta do juiz competente.

"3. Que nesta conformidade se officie ao dito ministro para expedir as circulares convenientes.

"Pago do senado, 3 de Fevereiro de 1843.—Francisco de Paula Almeida Albuquerque.—Vasconcellos.—Visconde de Olinda.—Lopes Gama.—Visconde de S. Leopoldo."

CAMARA DOS SRRS. DEPUTADOS.

—Na Sessão de 6 de Fevereiro o Exm. ministro da marinha o Sr. Torres, interpellado pelo sr. deputado Carneiro da Cunha fez a seguinte declaração.

O Sr. Torres (ministro da marinha):—Sr. presidente, eu desejo ser o mais

franco que é possível. Sinto a necessidade que tem o governo de expôr com toda a lealdade os seus princípios, afim de que a camara possa dar-lhe ou retirar-lhe o seu apoio. O ministério e o paiz tem necessidade disto; o paiz tem necessidade de um ministério fortemente organizado, fortemente apoiado pelo corpo legislativo, e não deseja que a camara se mostre dubia por considerações quaquers. Ella deve manifestar com muita energia o seu pensamento, para que assim possamos ter um governo que, sustentado pelas camaras, possa promover a felicidade da nação. Tenho portanto necessidade de ser franco, de expôr com toda a liberdade os principios do gabinete sobre quaquers questões pendentes. Mas o nobre deputado ha de reconhecer comigo que, pelo que toca a questão que elle aventou, o gabinete não pôde manifestar tanto quanto aliás desejára a marcha que ha de seguir nas negociações que tenha ou possa entabolar com os governos estrangeiros (*muitos apoiados*.)

Devo todavia asseverar ao nobre deputado (e talvez com isto perca o seu apoio, talvez com isto o gabinete deixe de contar com o voto do honrado deputado, o que muito sentirei, porque é um daquelles que conheço muito de perto, e a cuja caracter, a cuja lealdade, a cuja honradez faço completa justiça), devo informar ao nobre deputado que o gabinete não se recusa a entabolar negociações com qualquer nação que seja (*numerosos apoiados*), que o gabinete não se recusa a fazer tratados que se concedão vantagens a uma ou outra nação, se em compensação dellas nos forem concedidas outras vantagens reaes equivalentes (*muitos apoiados*), mas que nesses tratados que o governo houver de fazer será muito prudente, pesará muito os interesses do paiz e de los-ha muito em consideração. E posso asseverar-lhe que não seremos nós os que assignaremos tratado em que entendermos que esses interesses são prejudicados. Posso também asseverar ao illustre deputado que, se houvermos de fazer algum tratado, o direito que as camaras tem de legislar sobre os impostos será mantido em toda a sua plenitude (*numerosos e repetidos apoiados*). São estas as unicas explicações que posso dar ao nobre deputado.

Eleições do Maranhão.

—Concluiu-se em fim, na sessão de 4 do corrente, a cançada discussão do parecer da comissão sobre as eleições do Maranhão. O "Jornal do Commercio" que recebe estipendio para publicar exactamente o que se passa nas camaras, omitiu o que de mais importante occorreu neste dia sobre o Maranhão, fazendo um resumo dos discursos dos nobres deputados que nem de leve dá a materia, aliás tão importante.

O discurso do Sr. Pacheco, que fez justiça aos Maranhenses opprimidos, não agradeu ao "Jornal do Commercio" publicar, e a parte mais interessante d'esse discurso foi supprinda (seria a rogo do Sr. João Antonio de Miranda!...). Procuraremos supprir esta falta, dando ao publico um extracto da discussão a que assistimos.

O Sr. Presidente declara continuar a discussão do parecer da comissão, e dá a palavra ao Sr. Manoel Felizardo, o qual diz que não a tinha pedido, mas que, como l'h'a deu, dirá que não se acha bastante esclarecido n'esta materia; razão porque ha dias havia votado por um adiamento. Como, porém, é forçado a dar seu voto, inclina-se pela nullidade das duas actas do Brejo, porque contra ambas tem informações que as tornam suspeitas de falsidade. Conclue fazendo algumas reflexões sobre os partidos do Maranhão, a saber, Cabano e Bentevi, com nenhum dos quaes parece não sympathisar S. S.

O Sr. Gonçalves Martins (membro da comissão que deu o parecer) defende o dizendo que a comissão, á face dos documentos existentes, e do exame a que procedeu, achou liquido sêr uma das actas falsa (a que foi deixada no correio), e outra verdadeira (a que foi levada por um dos mesarios em pessoa); e por isso deve sêr aceita.

Fez algumas reflexões sobre os partidos no Maranhão e mostrou que o partido dominante tinha á sua disposição todos os meios de provar a falsidade d'esta segunda acta, a sêr veridico o que dizem alguns senhores; sendo para admirar que o não fizessem. O que para elle depõe a favor da acta, que a comissão julga verdadeira.

O Sr. Pacheco (membro também da comissão) defende energicamente o parecer pronunciando o seguinte discurso:—

Sr. Presidente, Membro da comissão que offereceu á casa o parecer que se discute, eu não pretendia ingerir-me na discussão; mas, no estado a que ella tem chegado, devo romper o silencio, satisfazendo assim a um nobre deputado pela Parahyba, que deseja ouvir os membros da comissão. Esta, senhores, marchou n'este negocio com a maior imparcialidade, depois de um profundo exame. Deixou de parte, as queixas que a imprensa do Maranhão formulou contra as eleições em geral d'aquella provincia, e apenas tomou em consideração as reclamações escriptas de alguns cidadãos, as quaes chegaram ao seu conhecimento, e que produziram tres questões, a saber, a do Celô, a da Victoria, e a do Brejo.

Confesso pela minha parte que, se, quando assignei o parecer, me tivesse sido presente um requerimento que depois appareceu na casa, eschrecendo-a a respeito das difficuldades que os que reclamam contra as eleições encontravam, da parte das autoridades interessadas na validade das eleições d'aquella provincia, eu, pelo menos, opinaria sobrestando na admissão dos Srs. Deputados, até que viessem informações que pederia. Mas a comissão estava ignorante d'estas cousas, e porisso ateu-se unicamente aos documentos, ventilando as tres questões apresentadas. Sobre as duas primeiras, parece não haver questões; todos os Srs. Deputados subscrevem o parecer da comissão. A duvida, pois, versa somente sobre a ultima, a do Brejo. Qual das actas é a verdadeira? Eis a questão que se tem querido complicar. Eu não hesito em votar que a verdadeira acta é a que foi apresentada por um dos mesarios, na qual figuram os proprios e identicos da mesa; o que não succede com a outra acta, depositada occultamente no correio, do mesmo modo porque na Bahia o foi a do Pilaço Arcado. Que esta

acta assim lançada no correio é falsa, não pôde entrar em duvida, porque, alem dos vehementes indicios de falsidade que encontrou a comissão, os proprios adversarios do parecer o confessam. O que unicamente procuram é pôr em duvida também a outra acta, no que não lhes acho razão, pois quem tolheu aos interessados nas eleições no sentido da acta falsa que demonstrassem e provassem a falsidade? Não tinham elles e não têm ainda por si as autoridades publicas do Maranhão, interessadas igualmente nas eleições? porque não se muniram de documentos? (O Sr. Miranda:—Não era possível, porque o partido contrario no Brejo não consentia.)

O partido do Brejo não consentia! Quem o acreditará!!.. Eu vejo no Maranhão, Sr. Presidente, dois partidos. Em um (o vencedor nas eleições) está a força das autoridades que o apoia; em outro a oppressão que soffre da parte das mesmas autoridades.... (O Sr. Miranda dá um á parte que não ouvimos.) O nobre deputado não me aterra com os seus a partes. Pelo contrario, fará que eu tome mais calor n'uma questão em que sou inteiramente imparcial; ou nada tenho com os partidos no Maranhão; sou inteiramente estranho a elles; não pretendia mesmo tomar parte na discussão. Mas hoje sou forçado a dizer alguma cousa, á vista do que tem occorrido. Um partido, que foi sempre considerado desordeiro no Maranhão... (O Sr. Miranda:—Está enganado.) Não estou. Do partido Bentevi foi que nasceram os desordens que tantas victimas coifaram n'aquella provincia. Não quero com isto dizer que esse partido não conténha em si homens ordeiros, pelo contrario, persuado-me que haverão muitos homens bons... (O Sr. Jansen:—Em ambos os partidos ha bons.) Mas o certo é que esse partido foi quem atcou a desordem, e outro foi que sustentou a ordem em todos os tempos... (O Sr. Miranda:—Não é exacto.) E entretanto o governo de março, não tendo fé nos seus co-religionarios, transigiu com o partido que lhe era adverso, e succumbiram na provincia do Maranhão os amigos da ordem, hoje perseguidos alli como em S. Paulo o estão sendo aquellos que tantos serviços prestaram á causa publica; e venceu d'esto modo nas eleições, resultando de tal procedimento scenas bem tristes, que os papéis publicos referiram, e que ainda não vi desmentidas. Vejo que o partido que venceu nas eleições, que opprimiu os seus contrarios, não contente com têr vencido e dado a lei no Maranhão, não satisfeito da generosidade com que a comissão, com que a camara, fechando os ouvidos aos clamores dos opprimidos, e só attendendo a documentos, a provas, admitiu no seu seio os seus candidatos (nos quaes nem levemente eu faço a injuria de imputar esses factos), ainda quer mais!... Quer também exercer aqui sua influencia, quer levar adiante a oppressão. Por isso não posso deixar de oppôr-me aos que combatem o parecer. A approvação do parecer da comissão altera a ordem dos suppletes, e colloca em 1.º lugar um representante do partido opprimido... (O Sr. Miranda:—Todos os suppletes são d'esse partido.) Embora. Os outros estão longe, e o supplete a quem me refiro está n'esta corte!! A ausencia dos deputados do numero pôde aconselhar 4

camara a necessidade de chamar esse 1.º suplente, e é o que o partido dominante não quer, porque deseja abafar inteiramente a voz dos seus contrários!... Esta injustiça, Sr. Presidente, dou-me, e fez com que eu, membro da comissão, não pudesse mais tolerar o silencio. Quer-se nullificar as duas actas, porque assim ao menos protela-se a decisão d'este negocio. Deve porém a camara consentir em tal? ser-lhe-á honroso demorar mais semelhante questão? Creio que não. Anullem-se embora as duas actas; aprove-se uma; forme-se enfim um alvitre qualquer; mas acabe-se, termine-se de uma vez a protelação. E' o que penso fará a camara.

Da minha parte não hesito em apoiar como verdadeira a acta que a comissão julga como tal. Voto portanto pelo parecer da comissão.

O Sr. Pacheco, tendo o Sr. Presidente declarado adiada a discussão pela hora, requer a urgencia d'este negocio, que é apoiada e approvada, sem debate. Outra emenda do Sr. Jansen concebida n'estes termos:—A não se julgar nulla a eleição primaria da freguesia de S. Bernardo do Brejo, sejam *consideradas nenhuma* as duas actas que respeitam á eleição do respectivo collegio—nem é apoiada!... Posto a votos o parecer da comissão é approvado em todas as suas partes; sendo rejeitada a emenda do Sr. Miranda.

(Da Sentinella da Monarchia.)

Solemne desmentido.

—Todos se hão de ainda lembrar de que o Sr. João Antonio, de Miranda declarou-se muito sollemnemente, na camara dos deputados, adherente ao partido bemevi do Maranhão: todos se hão de tambem lembrar ainda de que elle compromettera com sua simplicidade o Sr. Manoel Felisardo, deixando entrever que S. S. não era lá muito desalfabeto aos Balaies. Porém (honra lhe seja feita) o Sr. Souza e Mello desmentiu ultimamente o Sr. Mirandinha, affirmando que nunca *seguiu* *partidos* d'aquella provincia; desmentido que o "Jornal do Commercio" passou por alto.

E que dirá a isto o Sr. João Antonio de Miranda?....

(Idem.)

O Sr. Commandante das Armas.

—Sr. Redactor.—Lendo o seu estimavel periodico de hoje, notei que o digno brigadeiro commandante das armas do Maranhão, era increpado de se ter envolvido nas eleições do Maranhão, o que não é exacto; e como é muito natural que o engano ou más informações tenham levado V. S. a affirmar uma tal asserção, por interesse da justiça, tomo a defesa d'esse official, declarando que tal cousa nunca succedeu.

O presidente e o chefe de policia, sim, senhor, tomaram parte nas eleições, porém o commandante das armas, não; bem que elle esteja em circumstancias de ser uma grande potencia eleitoral; e estou certo que, se o digno brigadeiro se quizesse envolver em eleições, não teria ido parar á terceira classe com fa-

manha injusta. Sou, Sr. Redactor, seu muito venerador e creio.

O Maranhense.

(Idem.)

MARANHÃO.

COMMUNICADO.

O Sr. Deputado J. Franco, e as quedas dos Ministerios; hum bocadinho da sua carta no Correio n.º; algumas bondades do Ministerio de 23 de Março para com S. S., e seu partido; e a exoneração do Sr. Joze Theodoro.

—D'outra vez, que este Sr. Deputado foi para a corte; muito Andradinamente, encontrou em Pernambuco a noticia da queda do 1.º Ministerio do Imperador, d'esse patriota Ministerio, que havia durar por omnia secula seculorum, de quem S. S. se proclamara co-religionario, e por quem os seus parentes fizeram, lá na Capital dos Estados-Unidos d'Alcantara, tanta bulha, e comearo tanto carneiro, leitão, e o indispensavel curó, á custa, já se sabe, da competente subscrição, arrancada até á pessoas, que mal podião dar os tristes dez tostões com que calirão; e d'esta agora, lindo muito Paulina e Clementinamente, encontra, talvez mesmo em Pernambuco, noticia semelhante, da queda do Ministerio de 23 de Março! Daquella, pondo de parte os chamados principios politicos, tozou o defunto, e elogiou, ou, segundo alguns aucthores, adalou o 23, com especialidade o seu nobre amigo Paulino, no que, embora lhe custasse aquella tunda, que lhe deu o Maiorista, teve muito juizo, ageitando assim umas Comendas e Habitos para si, e para alguns dos seus parentes (nem hum só d'elles até então tinha, assim como os seus maiores e ante-passados nunca tiveram, essas condecorações, e todos morrião por ellas como macaco por banana, mesmo quando diziao que as não querião, como a raposa as uvas, (por estarem verdes) e d'esta o que fará o nosso homem, torará, ou não o outro defunto? Em verdade muito desejosos estamos de ler os pomposos discursos com que S. S., graças á habilidade, e lamurias com que o Sr. Mirandinha conseguiu a approvação das bonitas eleições desta Provincia, já terá posto os seus collegos de boca aberta, para assim os tirarmos de tanta antecidade e incerteza, e mesmo saberemos, o que é muito conveniente, qual das actuaes Ministros é seu amigo desde Coimbra &c.

Disse S. S., na carta dirigida ao Editor do Correio, na vespera da sua ultima partida para a corte, que fora o Sr. Candido Joze d'Araujo Vianna o primeiro Administrador, que poz em acção nesta Provincia o systema constitucional: ora, tendo o Paé de S. S., na qualidade de Vice-Presidente, antes do Sr. Araujo Vianna, administrado a Provincia, por espaço de um anno, rodeado, e coadjuvado pelos seus cunhados, e concunhado, os Srs. Antonio Pedro, Joze Ascenso, e Felipe de Sá, que, se nos não enganamos, erão então membros do Conselho da Presidencia; quiseramos que algum, n'ausencia de S. S., esclarecesse si essa Administração foi constitucional, ou dirigida pelos principios absolutistas; e, no

caso affirmativo da primeira hypothese, ficará entendido que aquella asserção de S. S. não foi exacta, e suas vistas somente incensar o Sr. Araujo Vianna, supondo-o ainda Ministro, sem antever que feria, pode se dizer, a propria reputação, o que talvez não acontecesse si ao tempo que S. S. aquillo escreveu fosse sabida a dissolução do 23 de Março, d'esse Ministerio cuja exaltação tanta tristeza causou ao desordeiro partido de S. S. em geral, e particularmente aos parentes, mas que não tardou em dar alegria e contentamento, porque deu Comendas e Habitos a S. S., a alguns seus parentes, e a outros, sendo S. S., os seus parentes, e esses outros os que afiançamente se proclamão e apresentão como os mais influentes, como chefes do partido bemevi, cujos altos feitos bem, e tristemente attestão as devastadas Comarcas do Itapicuru, Brejo, Caxias, e Pastos Bons; porque deu ao Sr. J. Mariani o cargo de Chefe de Policia, a esse Sr. Mariani, que, segundo desconfianças d'algum, está armando a Senatoria por cá, visto que talvez não a obterá lá pela sua Bahia, que alias dá boa mea duzia de Senadores, e pode melhor servir o que Maranhão, que apenas dá 2, e tem tantos dos seus, que estimão a saúde dos Srs. Doutores Patricio, e Antonio Pedro, como a cabra estima a chuva, alguns mesmo lá dos Estados-Unidos, d'onde os Srs. Doutores e Senadores são naturaes; porque conservou no Commando Superior da G. N., e fez Coronel honorario o Sr. Izidoro; e finalmente porque dando ouvidos ás patranhas, segundo certas suspeitas dos Srs. Miranda, e Joaquim Franco, deu á este, no mez de Maio do anno proximo passado, o lugar de Vice-Presidente desta Provincia, que muito pouco tempo antes, em Janeiro do mesmo anno, havia dado ao Sr. Coronel Joze Theodoro, que de nenhum modo o solicito, pretextando-se, para a sua exoneração, o estado valetudinario d'esse honrado, distincto, e prestante brasileiro, estado que não se dava, como ainda se não dá, e que por tanto jamais foi por elle representado ao Governo, antes ao contrario, accusando a recepção de sua nomeação, havia protestado prestar-se ao serviço de sua patria, e mesmo sacrificar, sendo preciso, por ella, e pelo seu adorado Monarchia, a fazienda e a vida; e si, retirando-se o Sr. Miranda, elle não tomou conta d'Administração da Provincia, foi isto devido a achar-se então, como era publicamente sabido, aqui mesmo na capital, atacado d'uma ophtalmia, e por consequencia em uso de remedios, e impossibilitado de ler e escrever, molestia accidental, que não o constituia em estado valetudinario completamente, e de não poder, em qualquer outra occasião, exercer as importantes funções d'aquelle emprego: foi esse pois um acto assaz revoltante, e imperdoavel ao Sr. Araujo Vianna que muito bem conhecia o Sr. Joze Theodoro, hum dos Conselheiros da sua Presidencia nesta Provincia, a fimesa de seu cpracter civil e politico, sua fortuna e independência, seus sentimentos de ordem, afflro á Constituição e Monarchia, e em fim seus relevantes serviços, sendo o ultimo destes a prestação expontanea, e logo realhada de quatro contos de reis, para as despesas da guerra na Provincia do Rio Grande do Sul, prestação filha do patriotismo, que

o caracteriza, e do desejo de coadjuvar um Governo, o do Sr. Araujo Vianna e seus collegas, que lhe inspirava a maior confiança, no elevado e justo empenho de pacificar aquella Provincia, e restabelecer a integridade do Imperio. Por certo que o Sr. Joaquim Franco não podia apresentar mais, nem tantos titulos de recommendação, para ser preferido; e por isso mesmo que o Sr. Joze Theodoro ainda não tinha exercido a Vice-Presidencia, e não se tinha notado depois da sua nomeação, como nunca aconteceu, praticando, ou envolvendo-se em acto algum contrario ao Governo, á boa ordem, e systema politico que nos rege, não podia ter desmerecido a confiança, manifestada na sua repetidos, são solicitada nomeação. Eis como procedeo o Sr. Araujo Vianna para com hum dos Maranhenses amigos da ordem, que se acharão ao seu lado, que o coadjuvára e defenderão nas duas apertadas crizes porque passou o seu governo, Setembro e Novembro, de que por certo se não terá esquecido, maxime da Novembro, que mais e tão gravemente ameaçou a sua autoridade, e a sua pessoa talvez: eis, sim, como procedeo o Sr. Araujo Vianna para com o Sr. Joze Theodoro, e em obsequio ao Sr. Joaquim Franco, que apesar de, como tambem disse na carta de que já fallámos, regressando dos seus estudos, pronunciar-se contra a injusta e ingrata opposição feita ao Sr. Araujo Vianna nos ultimos tempos do seu governo, o vimos todavia, unido com a gente d'essa opposição, combater, nas eleições de 1833, a candidatura d'esse Sr. á Deputação Geral por esta Provincia, que o Sr. J. Theodoro, como os mais do partido então chamado caramuru, apoiava.

Finalisamos dizendo que pertendiamos a mais tempo, quando o Sr. Araujo Vianna ainda estava no poder, apresentar algumas das reflexões, que ora fazemos a respeito do Sr. J. Theodoro, mas como seu amigo, concordamos com a sua politica, d'evitar que alguém n'isso enxergasse desejo, ou pertença sua, de que o Sr. Araujo Vianna reparasse a injustiça, que lhe fez.

O Amigo da Ordem.

A REVISTA.

Ainda o Sr. Miranda

Foi em fim approvado sem alteração o parecer da commissão de poderes sobre as eleições do Maranhão, e completamente derrotado em suas iniquas pretensões o sr. João Antonio de Miranda que propuzera como emenda—que se annullasse a eleição do Brejo—, seguramente porque suppunha que nenhuma voz se levantaria em favor dos opprimidos que não contavam na camara um representante se quer. Mas dois homens generosos e conscienciosos, os Srs. Carneiro da Cunha e Pacheco, aquelle deputado pela Parahiba e este por S. Paulo, defenderão energicamente a causa dos vencidos, estigmatizando com o nocento da verdade, e da imparcialidade, e só por amor á justiça, a perseguição que os vencedores pertendão exercer sobre os primeiros no proprio recinto da representação nacional; e fizeram arrepende-se o sr. Miranda do pago inconsiderado

que deu, patenteando a irregularidade que houve nas eleições de toda a provincia, e mostrando que a commissão baseára o seu parecer em principios de equidade, attendendo sómente aos documentos que lhe fôrão presentes; porque a fazer-se justiça absoluta elle de certo teria sido outro, e pouco favoravel ao deputado que o impugnava. É tão infeliz foi o sr. Miranda na sua derrota que o mesmo sr. Felizardo que ladeára a principio nesta questão, e para cujo testemunho appellára elle, dizendo—que tábem fôrão affeição ao partido bem-tevi quando presidente desta provincia—, o desmentiu em plena sessão, declarando—que nunca seguira partidos no Maranhão—o que concorda exactamente com o juizo que emitimos na Revista acerca da administração desse sr.

Foi pois derrotado o sr. Miranda no seu primeiro ensaio parlamentar, sem que vallesse para desviar ou pelo menos adiar semelhante catastrophe (antes pareceu accelerar) o desaparecimento das actas do Brejo de cima da meza da camara dos srs. deputados no tempo em que serviu de 1.º secretario por impedimento do sr. D. Joze. E tanto mais sensível foi esta desgraça que, na eleição a que se procedeu para nova meza, apenas obteve elle o logar de 3.º secretario, descendo um degrau mais abaixo na ordem dos secretarios, apesar dos muitos empenhos, como diz a "Sentinella", para que ficasse mais avantajado, e não obstante a protecção do sr. J. J. da Rocha que passa por ser o chefe do grupo marombista na camara. Que desagradavel e importuna coincidência!

Assim se viu eclipsado logo no começo de sua carreira parlamentar o homem que fez a sua profissão de fé, declarando-se *bem-tevi* no recinto da camara, porque se enlucára na familia do sr. Manoel Telles da Silva Lobo, durante o seu governo; assim se viu eclipsado, no meio de seus sonhos politicos mais lisongeiros, o homem que, na qualidade de presidente desta maldadada provincia, poz a guarda nacional á descripção do sr. Isidoro, e a policia á descripção do sr. J. Paço, sacrificando o partido ordeiro que lealmente o apoiára, á exaltação e engrandecimento de seus novos alliados e parentes; assim se viu eclipsado, e talvez por muito tempo, o homem que depositou o bastão da administração nas mãos dos seus, e que para em tudo subordinar o interesse publico ao particular destes, impoz o cunhado por provedor á S. Casa da Misericordia, com uma simples portaria, contra *jas fasque*; esse luzeiro da familia Jansen-Paço, seu genuino representante, e *certissima* esperanza da corte! Isto deve servir de desengano a *alguns papuleos* que aqui rodeião o sr. Paço, fundando os seus aereos castellos de futuras graças, como habitos e commendas, patentes e logares, no grande credito e influencia do sr. Miranda junto aos ministros; si é que o admiravel instincto destes pescadores de segunda ordem já lhes não aventou a desgraça de seu patrono, para impelli-los a virar de bordo, e pôr a prôa em novos astros.

Não é esse o unicoavez que experimentou o sr. João Antonio de Miranda no progresso ohas espantoso do sua carreira politica. Este mimoso da for-

tuna já teve um eclipse administrativo não menos real, si bom que não tão estrondoso como este parlamentar, quando, no tempo do gabinete de Marco, fiado na protecção ou condescendencia de alguns ministros, pretendeu ser reconduzido presidente do Maranhão, depois de substituido pelo sr. Venancio, e ficou *desapontado* em suas esperanças de voltar triumphante ás nossas praias. Para a primeira destas lieções concorreu a "Sentinella da Monarchia", e sobre tudo a sabedoria do governo de S. M. I: para a segunda os srs. Carneiro da Cunha e Pacheco, e sobre tudo a justiça da Camara. Tais são as diferentes phases porque tem passado este *nascente astro*.

Honra aos srs. Carneiro da Cunha e Pacheco que tomarão a peito a defesa dos vencidos, e fizeram sobre-sahir a sem razão e injustiça dos vencedores: honra ao sr. Gonçalves Martins que tábem os ajudou na discussão: honra á illustre commissão de poderes da camara dos srs. Deputados. Honra, tornamos a repetir, a todos esses srs. que não representam uma ou outra familia e a policia de suas provincias, mas os verdadeiros interesses do Brasil: honra e louvor a esses genuinos e dignos representantes da nação que, pelo seu procedimento tão nobre quanto desinteressado, tem adquirido indispugnaveis direitos a estima, respeito, e gratidão dos maranhenses opprimidos.

—N. B. O sr. Jansen Pereira tábem fez a sua emendinha ao parecer da commissão, mas essa nem ao menos foi apoiada! Entre setenta e tantos deputados não achou esse sr. dois que lhe apoiassem uma emenda! Nem o proprio senhor Miranda se levantou para isso! Que desgraça, ou antos que desfavor!....

—O Sr. Dez.º João Capistrano Rebello acaba de ser nomeado presidente da relação do Maranhão. Esta escolha do novo ministro da justiça tem merecido geral acceitação, por haver recaído em sagueito de muito merito, illustração, e probidade: o Sr. Honorio não podia dar ao Sr. Paula Duarte um successor mais digno que o Sr. Rebello.

— AVISO. —

—Achão-se á venda nas lojas de Scapito da Serra & C.ª, Antonio Pereira de Figueiredo na rua Grande, na Typographia de Ignacio Joze Ferreira e na loja de ferragem de Luiz Pereira Lapa os Bilhetes da Rifa de uma negra, o um muleque no valor de 1:000\$ rs., divididos em 500 Bilhetes de 2\$000 rs. cada um, cuja rifa jogará com a Loteria de N. S. da Annuniação, comprehendendo dez Bilhetes da rifa, um da Loteria; por tanto todas as pessoas que quizerem comprar os mencionados Bilhetes da Rifa o podem fazer nos indicados lugares.

Maranhão 20 de Março de 1843.